

Desilusão na certificação das remoções de carbono...para todas ou só para algumas florestas?

Lisboa, 27 de novembro de 2023 - Na passada semana, o plenário do Parlamento Europeu votou favoravelmente a proposta da Comissão Europeia e o relatório do Comité de Ambiente (COMENVI) sobre a Certificação das Remoções de Carbono. A votação final foi 448 votos a favor, 65 contra e 114 abstenções.

Há muito esperada, a Certificação das Remoções de Carbono (CRCF) estabelece o enquadramento necessário para os projetos e mercados voluntários de captação de carbono na floresta. Em simultâneo, constitui potencialmente uma ferramenta para financiar a adaptação das florestas às alterações climáticas.

“Este enquadramento deverá abrir caminhos adicionais onde os proprietários florestais privados possam contribuir para a mitigação das alterações climáticas. Os proprietários florestais acreditam firmemente que a atratividade dos regimes voluntários, ao abrigo desta certificação, deve resultar de condições e regras simples, reconhecendo as características geográficas das florestas europeias e da sua gestão. No entanto, a posição do Parlamento não reconheceu o papel da gestão florestal sustentável na prestação de múltiplos serviços do ecossistema e apoia uma série de fatores limitantes que podem impedir o sucesso deste instrumento.” - disse Dániel Komlós, assessor de política do CEPF.

O sequestro de carbono pelas florestas é corretamente rotulado como um pilar importante do CRCF. Contudo, o texto adotado não reconhece as circunstâncias locais em que a silvicultura europeia opera. Objetivos de sustentabilidade estritamente associados aos atos delegados de Taxonomia correspondentes – disposições que ainda não foram totalmente negociadas – correm o risco de limitar a adoção deste regulamento tão necessário. Ao mesmo tempo, ancorar as remoções de carbono sob metas nacionais LULUCF juridicamente vinculativas no quadro climático da UE pós-2030 seria contraproducente e desanimador num contexto em que a concretização das metas nacionais ao abrigo do Regulamento LULUCF será previsivelmente inferior ao projetado [1].

A abrangência dos critérios de elegibilidade do CRCF deve ser refletida nos vários tipos de florestas elegíveis. A exclusão de certos tipos de florestas deve ser justificada com definições concretas no que diz respeito ao seu carácter biogeográfico, socioeconómico, à duração do seu ciclo de rotação e à sua utilização. A adoção de conceitos genéricos, corre o risco de excluir florestas valiosas de uma ou duas espécies dominantes, o que representa uma oportunidade perdida para os esforços de mitigação das alterações climáticas em toda a UE.

À medida que esta proposta prossegue o seu percurso legislativo nas negociações do tríplice, os proprietários florestais confiam que o mandato de negociação do Conselho, adotado pelo COREPER I. em 17 de novembro, será crucial para avançar rumo a um acordo interinstitucional mais equilibrado.

[1] Korosuo, A., Pilli, R., Abad Viñas, R., Blujdea, V.N., Colditz, R.R., Fiorese, G., Rossi, S., Vizzarri, M. and Grassi, G., 2023. The role of forests in the EU climate policy: are we on the right track?. Carbon Balance and Management, 18(1), pp.1-14.

NOTAS PARA OS EDITORES

A **UNAC – União da Floresta Mediterrânica** representa os interesses dos produtores florestais do espaço mediterrânico português junto das instituições nacionais e europeias, através de uma estratégia de intervenção de cariz técnico-político. Acompanha e analisa todos os processos e iniciativas com relevância e interesse para os seus associados, como é o caso das políticas rurais, florestais, ambientais e fiscais. Através da UNAC, as organizações de produtores florestais do espaço mediterrânico definem posições comuns sobre temas estratégicos e transversais, desenvolvendo contributos e participações válidas, construtivas e tecnicamente fundamentadas. Tem uma área territorial de influência de dois milhões de hectares.

Para mais informações contacte: UNAC - União da Floresta Mediterrânica | Conceição Santos Silva | Tel.: 934306579

The **Confederation of European Forest Owners (CEPF)** represents national forest owner organisations in Europe. At EU level, CEPF promotes the values of sustainable forest management, private property ownership and forest sectors' economic viability. Based in Brussels, CEPF is a non-profit organisation, representing nearly 16 million forest owners. These are private individuals, families and cooperatives, which take care of approximately 60% of the European forest area. www.cepf-eu.org

<https://www.cepf-eu.org/news/press-release-positive-framework-climate-change-mitigation-discouraging-regulatory-barriers>

For further informations contact: Dániel Komlós, CEPF Policy Advisor, daniel.komlos@cepf-eu.org

[1] Korosuo, A., Pilli, R., Abad Viñas, R., Blujdea, V.N., Colditz, R.R., Fiorese, G., Rossi, S., Vizzarri, M. and Grassi, G., 2023. The role of forests in the EU climate policy: are we on the right track?. Carbon Balance and Management, 18(1), pp.1-14.